

# O Brasil e os Estados Unidos: A Necessidade de Engajamento Estratégico

LUIGI R. EINAUDI



## O Poder da Singularidade

Ao identificar o Brasil como América Latina e Terceiro Mundo, Washington dificulta reconhecer seu poder e importância para os Estados Unidos. É verdade que, geograficamente falando, o Brasil faz parte da América Latina e que, como fundador do Grupo dos

77, juntamente com a Índia, foi um dos líderes originais do “Terceiro Mundo”. Mas Brasil é Brasil, vasto e singular como os Estados Unidos e a China.

Durante muitos anos foi sede do Império Português e é o maior país lusófono do mundo. Nunca foi obrigado a acomodar as grandes populações estabelecidas de Ameríndios, como a subclasse reprimida dos países andinos e centroamericanos. Atualmente, a população brasileira é tão diversificada quanto à dos primos norteamericanos, mas em fase mais rápida de crescimento. É o quinto país do mundo em extensão territorial. Como ocorreu com os Estados Unidos, a possibilidade de expansão à vastas regiões, relativamente despovoadas, propicia um senso de novas fronteiras e otimismo.

Ambos os países possuem prevalente senso pragmático e uma filosofia voltada à resolução de problemas e a “fazer com que as coisas funcionem”. Ambos possuem governos com capacidade de alcance além das fronteiras, mas profundamente preocupados com assuntos internos e psicologicamente cientes de sua natureza excepcional (talvez seja arrogância, devido a excesso de amor próprio). Mas, se tais características fazem com que tenha maior afinidade com os Estados Unidos do que com os vizinhos hispanoamericanos, sua cultura, história e percepção mundial singulares também aumentam a distância entre os dois países. A “aliança automática” do passado já não mais existe. Ambos devem fortalecer as relações pessoais, profissionais e institucionais que demarcarão o entendimento mútuo para promover os interesses distintos e às vezes divergentes, à medida que o Brasil se desenvolve e determina o próprio nicho no planeta.



Áreas Continentais do Brasil, China e Estados Unidos

## Geografia

A percepção norte-americana do Brasil é o Rio de Janeiro com suas lindas praias, ou o Amazonas, uma selva interminável, atravessada pelo maior sistema fluvial existente. Durante a era da Aliança para o Progresso, também foram bombardeados pela mídia com reportagens acerca do isolamento e da pobreza sem fim do Nordeste. Vários outros estados não receberam tanta atenção. Por exemplo, Minas Gerais, com vastos depósitos de matéria-prima, indústria de mineração e armamentos, bem como os grandes estados tecnologicamente avançados de São Paulo e do sudoeste do país que possuem indústria de ponta e agricultura mecanizada.

A infraestrutura interna é deficiente em relação às grandes distâncias e às exigências para aproveitar ao máximo o comércio inter-

nacional. A nação conta com milhares de aeroportos – mais do que qualquer outro país fora dos Estados Unidos. Contudo, os sistemas rodoviários, ferroviários e portuários deixam muito a desejar. Um estudo observa que as despesas de transporte interno e as taxas portuárias para soja, o produto principal de exportação, custam o dobro das de seus competidores.

A população, densamente concentrada ao longo da costa atlântica, é predominantemente urbana e não rural. O Rio de Janeiro possui 12 milhões de habitantes e São Paulo 20 milhões, o que faz com que o Brasil seja o único país, além dos Estados Unidos e da China a abrigar duas das maiores cidades do mundo.

O Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) estabeleceu a nova capital, Brasília, no centro do país em 1960, em terras que ele

mesmo descrevia como “vazias, exceto pelo rugido da onça”. A expansão de Brasília foi rápida e simboliza a determinação do país em não só melhor distribuir a população, mas também melhorar a conexão com os vizinhos ao longo da costa do Pacífico e com o resto do mundo.

## Demografia

Os 201 milhões de brasileiros possuem extraordinária diversidade cultural e étnica. A grande maioria, cerca de 92%, está mais ou menos bem dividida entre brancos e mulatos, descendentes de escravos africanos e de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, alemães e poloneses, com contribuições importantes de países do Oriente Médio.<sup>2</sup> A população negra é de 13 milhões de pessoas. Destacam-se, entre outras minorias, 700 mil ameríndios e cerca de 1,5 milhão de descendentes de japoneses, o maior número de pessoas daquela nacionalidade fora do Japão.

A má distribuição de renda e a injustiça social são óbvias e amplamente reconhecidas. Durante as décadas de 50 e 60, a disparidade que assolava a vida rural tradicional foi agravada pela explosão populacional, que acabou exercendo forte pressão sobre as obras e serviços públicos. Desde então, o crescimento da população vem diminuindo com consistência. Atualmente, a taxa anual é de pouco mais de 1%, em relação ao pico de 3%.

A taxa de alfabetização subiu a 88%, mas o ensino básico é ainda bastante precário.<sup>3</sup> Um sistema de educação pública de segundo grau, extremamente limitado, continua sendo um obstáculo à aquisição de capacitação atualizada e à mobilidade social.<sup>4</sup>

O alto nível de criminalidade e o aumento em consumo de drogas em áreas urbanas são outros fatores importantes que retardam um crescimento mais rápido.

Menos reconhecidos, fora do Brasil, são os programas desenvolvidos durante a última geração para preencher tais lacunas. A administração de Luiz Inácio *Lula* da Silva (2003-2010) expandiu o programa Bolsa Escola, que teve início na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e desenvol-

veu o Bolsa Família, programa de subsídio à família que se tornou o maior programa de transferência condicional de renda do mundo. As famílias pobres recebem subsídios para educação, nutrição e até mesmo gasolina se conseguem comprovar a frequência escolar dos filhos. O Bolsa Família atende a mais de 50 milhões de pessoas e, com o aumento de 65% do salário mínimo nos oito anos do governo *Lula*, calcula-se que o programa conseguiu reduzir a pobreza pela metade.<sup>5</sup> Embora um quarto da população ainda seja pobre, essas e outras medidas permitiram que milhões de pessoas melhorassem de vida.

Os exames de admissão universitária favorecem, na prática, os formandos mais bem preparados, geralmente provenientes de escolas secundárias particulares, excluindo, desse modo, a muitos. A qualidade do ensino universitário não é uniforme, mas é, quase sempre, excelente. Anualmente, o Brasil conta com 510 mil formandos em Ciências. Desses, 10 mil detêm doutorado, um número dez vezes maior do que há duas décadas. As dependências, bem como a área de pesquisa da Universidade de São Paulo, atraem estudantes de todo o mundo.

## Economia

Desde os anos 90, o Brasil controla a inflação, pela qual já era famoso. Ao contrário dos países vizinhos, cujas economias dependem, relativamente, de poucas exportações, a brasileira que, em breve, deverá ser a sétima maior do mundo é altamente diversificada e impulsionada pelos mercados interno e externo em rápido desenvolvimento.<sup>6</sup>

A agricultura, particularmente no estado de São Paulo, mas incluindo também o Centro-Oeste, como as potências produtivas de Mato Grosso do Sul e Goiás, bem como os estados sulistas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, abandonou, radicalmente, as práticas tradicionais, tornando-se altamente mecanizada. O Brasil é o maior exportador de café, tabaco, suco de laranja, açúcar e carne.

A JBS-Friboi comprou a *Swift* e a *Pilgrim's Pride* e ultrapassou a *Tyson Foods*, tornando-se a maior empresa de carne do mundo.

A pesquisa em agricultura tropical da Embrapa poderá, em breve, levar o Brasil do segundo ao primeiro lugar também em produção de soja, apesar das desvantagens de custo impostas pela infraestrutura deficiente.<sup>7</sup>

Como o maior exportador mundial de proteína animal, ocupa posição estratégica em qualquer painel referente à segurança alimentícia global. De fato, seu potencial em produção de alimentos é limitado, em grande parte, pelo protecionismo americano e europeu.

A antiga empresa estatal de mineração Vale do Rio Doce (privatizada em 1997 sob o nome simplificado de “Vale”), transformou-se em empresa multinacional diversificada, operando em seis continentes e 16 estados brasileiros. A Vale é a maior produtora de minério de ferro e pelotas, a segunda em níquel, desempenhando papel importante em logística e geração de energia hidrelétrica.

A falta de instalações portuárias modernas há muito impede o crescimento mais rápido. Entretanto, o governo e os empresários aproveitaram a demanda chinesa em matéria-prima para aprimorar a logística com a construção de um dos maiores portos do mundo, a ser inaugurado em 2012.

O setor industrial atingiu avanços semelhantes. As exportações brasileiras incluem equipamento elétrico, automóveis, etanol, têxteis, calçados e aço. A Embraer é hoje o terceiro maior produtor de aviões comerciais e militares, perdendo somente para a *Boeing* e a *Airbus*. É a líder mundial em jatinhos regionais.

O país ingressou à Organização Mundial do Comércio em 1995. Seus principais parceiros comerciais em 2009 eram a China, os Estados Unidos, a União Europeia e a Argentina. Os Estados Unidos contribuem à maioria das importações (16%) e a China às exportações (12%).

Os analistas acreditam que a rápida e contínua expansão do Brasil, apesar da recente crise econômica mundial, foi impulsionada, especialmente, pelo aumento em demanda interna de uma classe média em ascensão que busca adquirir conforto material antes fora de alcance.

Com a inflação sob controle, o crédito, inclusive as hipotecas destinadas à aquisição de

moradia pela classe média é responsável por grande parte do crescimento. Esse aumento em demanda interna é importante fator em expectativas de que a economia continuará a prosperar.

Durante muito tempo considerava-se o país deficiente em energia, porque não contava com recursos petrolíferos próprios. O aumento em custo de petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo durante a década de 70 destacou, claramente, tal vulnerabilidade. A reação do país preparou o terreno para o que é hoje seu ponto forte.

Primeiro, impulsionou o desenvolvimento dos enormes recursos hídricos. A energia hidrelétrica satisfazia 34% das necessidades totais de energia do país em 2008. Até a China completar a construção da Barragem das Três Gargantas, a Hidrelétrica de Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai possui a maior capacidade de geração de força elétrica no mundo. [Itaipu continuará detendo seu lugar em volume].

Segundo, a busca de energia para satisfazer o crescimento da economia brasileira levou ao desenvolvimento do etanol que, com o auxílio do governo, veio a ser uma indústria de qualidade mundial.

Terceiro, o Brasil conta com reservas de urânio suficientes para alimentar, não só os dois reatores nucleares existentes, mas também um terceiro programado para 2015 e outros em discussão.

Finalmente, grandes descobertas recentes de petróleo no Atlântico Sul oferecem ao Brasil a possibilidade de vir a ser também importante produtor neste setor.<sup>8</sup> A empresa de petróleo nacional, a Petrobrás, opera em 27 países, é líder em tecnologia de perfuração em águas profundas e a maior empresa sediada no hemisfério Sul.

A economia mundial resulta difícil e até mesmo perigosa. O crescimento do Brasil incrementou os investimentos estrangeiros. O investimento estrangeiro direto aumentou de 52 bilhões de dólares em 2000 a 158 bilhões de dólares em 2009.<sup>9</sup> Grande parte desse investimento concentra-se na América Latina, Moçambique, Angola e países desenvolvidos. Em comparação, o investimento estrangeiro

direto da China no exterior em 2009 chegou a 230 bilhões de dólares. Ambos os países investem ativamente em empresas baseadas em matéria-prima. Entretanto, o Brasil possui grandes investimentos em centros financeiros fora do país e quantias mínimas em manufatura. A China, por outro lado, investe vigorosamente em manufatura e informática.<sup>10</sup> O Brasil não é imune às dificuldades ocasionadas pela flutuação do câmbio internacional e desequilíbrios de comércio, bem como problemas de sua própria criação, tais como gasto governamental excessivo.<sup>11</sup> Mas a reviravolta que conseguiu dar dentro de uma só geração, de inflação desenfreada a crescimento sustentável, transformou-o de nação com débito líquido em nação com crédito líquido. [O Brasil é o quarto Credor dos EUA].

As diretrizes econômicas foram eficazes e previsíveis. Os gerentes governamentais e particulares possuem ampla e sólida capacidade técnica. A administração do Presidente *Lula* baseou-se nas instituições estabelecidas pelo Presidente Cardoso. As nomeações iniciais da Presidente Dilma Rousseff prometem a continuidade que levaria à maior consolidação administrativa e a tão necessária simplificação jurídica e burocrática.<sup>12</sup>

## Política

O Brasil nunca foi obrigado a lutar pela independência. As Guerras Napoleônicas na Europa levaram a família real portuguesa a refugiar-se no Brasil, estabelecendo, assim, a sede do império português no Rio de Janeiro em 1808. Após o regresso do rei Dom João VI a Portugal em 1822, seu filho, que permanecera no Brasil como Regente, declarou a independência do país, tomando o nome de Dom Pedro I, Imperador do Brasil.<sup>13</sup> A relativa ausência de violência durante esse evento, bem como durante a abolição da escravatura e o estabelecimento da república em 1899 caracterizaram a história e a sociedade brasileiras.

Nos últimos 25 anos, o Brasil vem sendo um paradigma de política estável e democracia eleitoral. O presidente *Lula* sucedeu o presidente Cardoso pacificamente. O mesmo sucedeu com Dilma Rousseff que, a 1º de ja-

neiro de 2011, veio a ser a Primeira Presidente do Brasil. O processo foi “ruidoso, caótico e imperfeito”, mas claramente democrático.<sup>14</sup> Mesmo assim, as diferenças regionais do país, o caciquismo e as profundas disparidades sociais contribuem para que continuem a surgir questões importantes sobre a qualidade da democracia.<sup>15</sup>

O avanço tecnológico do país refletiu-se no processo político com o uso generalizado do voto eletrônico. Os computadores portáteis levaram o poder de cidadania a eleitores nas áreas mais remotas. O método brasileiro de votação computadorizada, comprovado seguro contra problemas técnicos ou de manipulação, está entre os mais avançados do mundo. Os especialistas da Organização dos Estados Americanos (OEA) nesse campo facilitaram seu uso bem-sucedido em vários países da América Latina e Caribe.

A potência do Brasil reflete-se na quantidade de prósperas instituições de primeira que proporcionam liderança e estabilidade ao país. Além das grandes empresas, como a Vale, Embraer e Petrobrás, as instituições como a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de São Paulo, o sistema federal universitário em geral, institutos especializados, como a Embrapa e a indústria incipiente de defesa são também importantes centros de pesquisa regional e internacional.

O Ministério das Relações Exteriores, conhecido como Itamaraty, o nome do palácio no Rio de Janeiro que serviu de sua primeira sede, é elitista, mas sua reputação é de um dos mais eficazes corpos diplomáticos existentes.

A Escola Superior de Guerra é, há muito, o centro de desenvolvimento de doutrina militar e educação profissional.

## As Forças Armadas

As diretrizes de segurança provenientes dos governos civis recentes foram marcadas pela reorientação doutrinária e modernização gradativa das forças. Durante a maior parte da segunda metade do século XX, as forças armadas concentraram-se mais em segurança interna e em um anticomunismo mal definido do que em defesa militar. Como em

grande parte da América Latina durante o mesmo período, os militares, às vezes, tomaram as rédeas do governo. De fato, líderes militares ocuparam a presidência de 1964 a 1985. A repressão oficial nunca alcançou os níveis dos regimes militares da Argentina e Chile, mas os governos militares brasileiros, de forma eficaz, suprimiram a oposição radical e as poucas tentativas de resistência armada. A resultante “associação entre segurança e repressão – uma das consequências do período militar – tornou impossível o calmo raciocínio acerca de diretrizes de defesa”.<sup>16</sup> Esse comentário, fora do normal, não foi feito por radical oposto ao sistema, mas por Nelson Jobim, ex-Ministro da Justiça durante o mandato do Presidente Cardoso e mais tarde Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, servindo de Ministro da Defesa durante as administrações do Presidente *Lula* e início da administração da Presidente Rouseff. Entretanto, a nomeação de Jobim deve-se, não tanto ao receio da população de intervenção militar em política, mas ao fato de que era necessário que os militares viessem a ser um patrimônio nacional para que o Brasil pudesse operar eficazmente em um mundo perigoso.

Assim como o Secretário de Defesa Robert Gates dos Estados Unidos, Jobim foi confirmado ao cargo pela Presidente Dilma Rouseff, assegurando competência e continuidade essenciais de uma a outra administração.

Os pontos em destaque da evolução militar brasileira incluíram a criação de um Ministério de Defesa em 1999 e, o essencial que foi o desenvolvimento de Estratégia Nacional de Defesa. Essa nova estratégia é um desvio da Doutrina de Segurança Nacional, cujo enfoque interno expressava o ponto de vista dos líderes militares que governaram o Brasil de 1964 a 1985. Uma característica fundamental é a ênfase em desenvolvimento tecnológico nacional para aumentar a capacidade de dissuasão militar.

A mudança em estratégia não quer dizer que os militares brasileiros não mais se responsabilizarão pela segurança interna.<sup>17</sup> As Forças Armadas, especialmente a Marinha, patrulham o interior, uma longa tradição. A

nova estratégia solidificará tal programa, destacando as tropas da costa leste ao interior, à regiões onde os militares agora possuem voz de prisão.

Em 2010, os militares colaboraram com destacamentos do departamento da polícia em tentativas para por um fim às quadrilhas de narcotraficantes nas favelas do Rio.<sup>18</sup> Isso não significa que o Brasil não possui experiência militar prévia no exterior. Uma força expedicionária brasileira lutou com muita eficácia lado a lado com as tropas americanas na Itália em 1944-1945. Um general brasileiro comandou a missão de observação militar Equador-Peru (MOMEPE) em 1995-1998, que continha forças dos Estados Unidos, Argentina e Chile, além de soldados brasileiros. Quando os Estados Unidos eliminaram os helicópteros *Blackhawks* do MOMEPE, o exército brasileiro comprou seus primeiros *Blackhawks* para substituir os americanos.<sup>19</sup> Os soldados brasileiros destacaram-se em operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) em Angola, Moçambique e Timor Leste, antigos remanescentes do império português, bem como no Congo e em outras regiões. O Brasil também assumiu o comando da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) em 2004. Essa decisão, a primeira vez em que o Brasil apoiou o uso de força, de acordo com a Carta das Nações Unidas, Capítulo Sete, indicou que estava pronto a assumir a responsabilidade de liderança em questões difíceis perante o Conselho de Segurança da ONU, de maneira até então não vista.

Os líderes militares brasileiros há muito consideram o desenvolvimento do Brasil essencial à segurança nacional. As Forças Armadas mantêm a importante presença governamental na Amazônia, de transporte aéreo ao desenvolvimento e segurança (Projeto Calha Norte) e vigilância (Sistema de Vigilância da Amazônia). A necessidade de proteger e apoiar indústrias estratégicas também é de interesse aos militares. A decisão inicial de subsidiar o desenvolvimento da indústria de etanol, por exemplo, foi tomada pelos regimes militares durante a década de 70. A nova Estratégia Nacional de Defesa reuniu explicitamente to-

das essas ramificações em um só plano para aumentar, modernizar e reposicionar as forças militares e restaurar a indústria de defesa.

O Presidente *Lula*, pessoalmente, esclareceu a estratégia em Brasília em 2008, declarando que o Brasil necessitava de maior número de defesas sólidas como parte das novas responsabilidades em um mundo em fase de mudança.

A modernização militar estava vinculada, diretamente, à transferência de tecnologia e ao desenvolvimento industrial. “Nós não estamos mais interessados em comprar armas das prateleiras”, declarou Roberto Mangabeira Unger, Catedrático da Harvard que se tornou Ministro Extraordinário da Secretaria de Assuntos Estratégicos.<sup>20</sup>

De modo ainda mais específico, o Brasil quer evitar as limitações impostas pelos Regulamentos dos Estados Unidos sobre o Tráfico Internacional de Armas, vistos como obstáculos à consecução de uma indústria de defesa brasileira independente.

As tentativas em importação de tecnologia para aumentar a capacidade industrial fizeram parte das negociações com a China, referentes ao espaço, e com o Reino Unido referentes a navios de guerra. Certamente desempenharam função essencial durante os acordos de assistência negociados com a França para construir a usina nuclear Angra 3, bem como durante os projetos de satélites [ISR] a serem utilizados na Amazônia e a cooperação técnica em construção de projeto de submarino de propulsão nuclear, cuja função, dentre outras, será dissuadir possíveis ameaças às operações de perfuração de petróleo em águas profundas.<sup>21</sup>

## Diretrizes Externas

Apenas a China e a Rússia possuem fronteiras terrestres mais extensas do que as do Brasil, que se limita com dez dos 12 países da América do Sul. O Barão do Rio Branco, o Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912, conquistou a reputação de ser o pai da diplomacia brasileira, devido ao êxito durante a negociação de tratados com os vizinhos do Brasil para formalizar suas fronteiras. O uso pragmático do *uti possidetis*<sup>22</sup> por Rio Branco

diferenciou o Brasil dos países da América espanhola, cujas relações entre si eram mais litigiosas e repletas de demandas referentes às fronteiras coloniais, bem como abusos.

Com as fronteiras demarcadas, o Brasil se dava por satisfeito em manter os vizinhos à distância.<sup>23</sup> A principal exceção foi a Argentina, a rival do Brasil na América do Sul. Ambos os países “tinham muito a ganhar com uma agenda positiva, mas insistiram, durante décadas, em relação ridícula, absurda e improdutiva”.<sup>24</sup>

Entretanto, durante as décadas de 1970 e 1980, longas negociações entre os dois governos levaram a acordos nucleares e a “descartar a hipótese de conflito bilateral” entre os dois países. Em 1985, a aproximação entre a Argentina e o Brasil serviu de pano de fundo para o MERCOSUL, que pretendia ser um bloco mercantil que incluiria o Paraguai e o Uruguai.

O Brasil liderou a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008, formalizando o ideal, reconhecido pela Constituição Brasileira de uma América do Sul integrada. Ao surgir em um momento em que as condições políticas na Venezuela e Bolívia estavam complicadas e a tensão entre a Colômbia e o Equador e entre a Colômbia e a Venezuela eram intensas, a UNASUL visava também amenizar a tensão entre os vizinhos do Brasil. O objetivo não era algo novo em suas diretrizes. O Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, desempenhou função fundamental na negociação do Protocolo do Rio de 1942, o tratado que pôs fim à Guerra Equador-Peru.

O Brasil permaneceu neutro na guerra das Malvinas entre a Argentina e a Grã-Bretanha em 1982, mas emprestou à Argentina aeronaves de observação de longo alcance, fabricadas no Brasil, para prevenir qualquer ataque ao Continente. Com a assistência dos Estados Unidos, Argentina e Chile, o Brasil conseguiu liderar o acordo de paz de 1998 entre o Equador e o Peru, após o conflito haver reiniciado em 1994-1995. Entretanto, um acordo bilateral de direitos de uso de bases entre os Estados Unidos e Colômbia em 2009, levou o

Brasil a utilizar a UNASUL de foro para afirmar sua independência dos Estados Unidos.

Ainda mais do que a renúncia formal do México em 2001 das obrigações do Tratado do Rio, a UNASUL e seu Conselho de Defesa demarcaram o final da Doutrina de Monroe. Referindo-se explicitamente aos Estados Unidos, o então Ministro Jobim declarou que “a defesa da América do Sul só quem faz é a América do Sul”.<sup>25</sup>

Sempre atentos aos eventos além do hemisfério, os diplomatas brasileiros há muito acreditam que seu país merece um lugar de liderança no sistema global. O Brasil foi membro fundador da Liga das Nações, mas retirou-se em 1926, quando ficou claro que a Alemanha seria admitida como membro permanente do Conselho e o Brasil seria excluído.

O Brasil foi também membro fundador das Nações Unidas, mas em 1964 facilitou a fundação do Grupo dos 77 com o objetivo de aumentar a capacidade conjunta dos países em desenvolvimento em negociar questões econômicas internacionais.

Desde os anos 60, alguns líderes brasileiros preocupam-se com o fato de que os Estados Unidos poderiam usar as Nações Unidas e o sistema internacional para “congelar” as relações de poder, beneficiando-se e aos outros países detentores de poder. Embora o termo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) tenha sido cunhado por consultor financeiro americano, pensando em termos econômicos, o Brasil procurou utilizá-lo de forma diplomática. O Brasil visualizou o BRIC como oportunidade, como escreveu um diplomata brasileiro, “porque as estruturas de poder preexistentes não abrangiam os países membros de modo satisfatório e porque a geometria da vida internacional exigia uma revisão da composição dos órgãos diretores que expressam o poder mundial”.<sup>26</sup> De fato, os membros do BRIC possuem pouco em comum. Como a Rússia e a China já são membros permanentes do Conselho de Segurança, não está claro se teriam muito a ganhar ao agitar as coisas em benefício do Brasil. A insistência do Brasil no BRIC pode acabar sendo missão, em parte irreal, para negar relevância aos Estados Unidos.

Isso posto, a expansão da relação do Brasil com a Europa, vínculos comerciais cada vez mais extensos com a China, posicionamento de mercado emergente promissor e conexões históricas com a África certamente conferem a ele maior escopo geopolítico. *The Economist* escreveu em 2009, que: “de certa forma o Brasil suplanta os outros [componentes do] BRIC. Ao contrário da China, é uma democracia. Ao contrário da Índia, não possui insurgentes, conflitos étnicos, religiosos ou vizinhos hostis. Ao contrário da Rússia, exporta mais do que somente petróleo e armamentos e trata os investidores externos com respeito. (...) Na verdade, quando se trata de diretrizes sociais inteligentes e incentivo ao consumo interno, o mundo em desenvolvimento tem muito mais a aprender com o Brasil do que com a China.”<sup>27</sup>

Muitos países hoje veem o Brasil como protagonista global com o qual partilham interesses, mesmo que seja só para alavancar o engajamento com terceiros. Cento e oitenta e cinco países contavam com missões em Brasília em 2010, suplantando as cento e sessenta e cinco de Beijing e quase igualando as cento e noventa de Washington.

A evolução da coordenação financeira mundial de G8 a G20 reflete o alcance global cada vez maior do Brasil. Transforma-se em nação doadora. Seus fundos de fortuna soberana passaram, agora, à coluna de credor líquido no Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Cúpula do G20 de 2009 em Pittsburgh, que substituiu o G8, prometia em sua Declaração de Líderes “análise cândida, equitativa e equilibrada” – provavelmente uma bofetada gratuita às análises anteriores do G8. As reformas de redistribuição de quotas do FMI de 2010 outorgaram aos Estados Unidos, Japão, BRIC e aos quatro maiores países europeus (França, Alemanha, Itália e Reino Unido) o maior número de quotas. Inicia o descongelamento das relações mundiais de poder. Após contribuir à nova fluência, a questão agora é que objetivos busca o Brasil.

## De Aliança a Ceticismo

Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria, o Brasil via os Estados Unidos como aliados

fundamentais. Durante o mandato do Presidente Getúlio Vargas (1930–1946, 1951–1954), o Brasil tomou parte no empreendimento aliado durante a Segunda Guerra Mundial. Uma Divisão Brasileira com seu próprio apoio aéreo uniu-se ao Exército dos EUA na luta bem sucedida na Itália. As relações militares entre os EUA e o Brasil permaneceram excepcionalmente íntimas durante a geração que seguiu a guerra. Os brasileiros mesmo declararam certas vezes que suas diretrizes estrangeiras pareciam estar baseadas em “aliança automática” com os Estados Unidos. O Brasil foi o anfitrião durante as negociações do Tratado do Rio de 1947, cujo Artigo 5 – que pedia a ação coletiva em agressões externas contra qualquer um dos membros – abriu o precedente para a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. As tropas brasileiras participaram da ocupação da República Dominicana em 1965, legitimando o que havia iniciado como intervenção unilateral dos Estados Unidos. Durante os anos 1960 e 1970, porém, a aliança sofreu erosão gradativa.

O golpe militar de 1964, as questões de direitos humanos, o comércio e as inquietudes referentes à questão nuclear tornaram-se fontes de tensão com sucessivos governos americanos. O autor, membro da Equipe de Planejamento de Diretrizes do Secretário de Estado Henry Kissinger em 1975 reuniu-se, a sós, com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, para sondar se o Brasil estaria preparado, com sua diplomacia altamente profissional, a assumir maiores responsabilidades, adequadas à potência regional. A resposta de Silveira foi que uma política externa ativista inevitavelmente encontraria “acidentes de percurso”. Disse ele que os Estados Unidos contavam com a riqueza e o poder para absorver tais acidentes. O Brasil, não.<sup>28</sup> Com o passar do tempo e o próprio crescimento do Brasil, bem como com as mudanças em condições internacionais, o pragmatismo cauteloso de Silveira deu lugar ao que se pode chamar de diretriz de “independência crítica”. A eleição de Jimmy Carter deu origem a embates imediatos com o Brasil acerca de direitos humanos e diretrizes nucleares.

No início de 1977, o Vice-Presidente Walter Mondale visitou o Brasil para opor o possível desenvolvimento da capacitação para fabricar armas nucleares. Os líderes militares brasileiros ficaram profundamente ofendidos com a ideia de que os Estados Unidos e outras potências importantes pudessem manter arsenais nucleares, mas não o seu país. Os diplomatas brasileiros desempenharam papel importante em apoio à desnuclearização regional da América do Sul mediante o Tratado de Tlatelolco de 1967. Mais tarde, o Brasil ratificaria o Tratado de Não Proliferação Nuclear, mas as relações com os Estados Unidos nunca mais seriam as mesmas.

A oposição a que o Brasil desenvolvesse capacidade para fabricar armas nucleares confirmou os receios anteriores de que os Estados Unidos procuravam “congelar” as relações globais de poder em seu benefício, relegando o Brasil à posição de estado subalterno.<sup>29</sup> Fustigados por longa lista de irritantes bilaterais e sentindo que as diretrizes externas norte-americanas atolavam-se na guerra contra o terrorismo, os brasileiros tornaram-se cada vez mais críticos daquele país.

Segundo Raul Jungmann, “com o fim da Guerra Fria, a América do Sul perdeu qualquer importância residual para os líderes americanos e desapareceu em um vácuo de irrelevância estratégica”.<sup>30</sup>

A nova geração de líderes brasileiros tende a ver a influência política e econômica dos Estados Unidos e do Ocidente em geral, como obstáculo genérico à ascensão do Brasil, portanto, como algo que deve ser impedido sempre que possível.<sup>31</sup> Tal sentimento alimenta a UNASUL e os “mecanismos interregionais” do Diálogo Sul-Sul, Índia-Brasil-África do Sul e o BRIC. Incontestáveis e positivas em si, essas iniciativas muitas vezes vêm acompanhadas de certa aura de antiamericanismo. A tentativa do Presidente *Lula* em romper o impasse acerca do programa nuclear do Irã, em parte, teve origem em antigas tensões com os Estados Unidos referentes ao próprio programa nuclear brasileiro.<sup>32</sup>

Mas derivou-se também da convicção de que os Estados Unidos fazem, muitas vezes, parte do problema e que o Brasil pode ajudar

a encontrar soluções que outros, inclusive os Estados Unidos, deixaram escapar. A reação negativa dos Estados Unidos e de outras grandes potências às iniciativas tomadas pelo Brasil e pela Turquia a favor do Irã demonstra que o envolvimento global não é isento de custo. A diretriz brasileira foi criticada interna e externamente por ultrapassar os limites, por presunção e preparo inadequado.

A maneira como os Estados Unidos veem o Brasil: um parceiro não confiável, relutante em tomar as decisões difíceis necessárias à manutenção da ordem mundial, subitamente reflete a maneira como o Brasil vê os Estados Unidos, dedicado à ações militares aventureiras ao brandir o Conselho de Segurança da ONU contra o Iraque.

Uma questão permanece em aberto: será que as futuras diretrizes do Brasil refletirão, como as dos Estados Unidos, maior cautela e sensibilidade aos interesses de terceiros? Entretanto, não há dúvida de que o ativismo global brasileiro chegou para ficar. “Deixamos para trás o período de tempo em que um acúmulo de vulnerabilidades limitava o escopo de ação internacional”, disse Antonio de Aguiar Patriota em seu primeiro discurso como Ministro das Relações Exteriores do governo da Presidente Rousseff em 2 de janeiro de 2011.<sup>33</sup> “Os brasileiros não podem subestimar o que resta a fazer internamente”, alegou, mas agora esperam nosso engajamento “em todos os grandes debates na agenda internacional”. Os Estados Unidos e o Brasil, conclui um observador americano, parecem destinados a topar um com o outro pelo mundo afora.<sup>34</sup>

O principal requisito para ambos é, portanto, o de dar forma estratégica e racionalidade a essas interações, de outra forma, desordenadas.

## Prospectos e Recomendações de Diretrizes

Os Estados Unidos possuem interesse básico de segurança nacional na continuidade do êxito democrático brasileiro e orientado ao Mercado, que melhora sua determinação e

capacidade em facilitar a solução de problemas mundiais prementes.

Passamos por período de relações internacionais em rápida mudança, no qual uma diplomacia hábil e eficaz é extremamente valiosa, a fim de proporcionar certa medida de gerenciamento à situações que poderiam sair fora de controle.

As armas nucleares continuam a aterrorizar. O Brasil desempenha função importante nesse sentido. É de interesse para os Estados Unidos encontrar todos os meios possíveis para, não só cooperar com o Brasil, mas também aproximar-se a Brasília como parceiro regional e global em manutenção de paz e prosperidade.

Um requisito preliminar para melhor engajamento mútuo seria a mudança de perspectiva de ambos. Um engajamento mutuamente benéfico requer que os Estados Unidos aceitem a ascensão do Brasil como potência global. O Brasil é mais do que uma China tropical.<sup>35</sup> Cultural e politicamente encontra-se mais próximo aos Estados Unidos e à Europa.

O Brasil, por sua vez, deve dar-se conta de que os Estados Unidos aceitam sua ascensão. Também deve reconhecer que os Estados Unidos ainda possuem grande importância à Brasília e que pode fazer muito mais relacionando-se bem com Washington.

Os Estados Unidos e o Brasil possuem vastos interesses que se interconectam. Contudo, uma parceria estratégica formal provavelmente está fora de cogitação para ambos. Nos Estados Unidos, o Brasil deve competir, em questão de atenção política, com a China, Índia, Rússia, Japão, México e com os vários países europeus.

O Brasil não representa ameaça à segurança norteamericana. Além disso, apesar de sua importância em organizações multilaterais, particularmente na ONU, na melhor das hipóteses, seria de limitada assistência prática aos Estados Unidos nas duas guerras em curso.

Por sua vez, pode-se dizer, com justiça, que os interesses brasileiros incluem a necessidade de ser distinto dos Estados Unidos. Diplomáticamente, isso quer dizer que nem um nem outro pode esperar aquele acordo mútuo automático. Os interesses diferem e pode

ser que seja politicamente necessário realçar as diferenças, mesmo quando os interesses forem similares. Entretanto, ambos devem fazer todo o possível para desenvolver o hábito de “consulta permanente”, a fim de coordenar diretrizes, cooperar de forma pragmática, quando de comum interesse, moderando surpresas, mesmo ao reconhecer que interesses e diretrizes específicas podem muitas vezes divergir.

Portanto, um dos primeiros passos administrativos é agendar consultas regulares no que diz respeito às diretrizes, aumentando o intercâmbio de dados e estabelecendo coordenação cuidadosa em questões multilaterais. Falar é fácil, agir é que é o difícil.

A lista de questões globais em que o Brasil transforma-se em protagonista importante inclui resolução de conflitos, todos os aspectos vinculados à energia, inclusive as questões nucleares, todos os tipos de comércio, ambiente, espaço e o estabelecimento de leis internacionais, entre elas o Direito Marítimo Internacional e a não proliferação.

O intercâmbio de dados, assegurando assessoria eficaz sobre tantos temas práticos exige identificar meios de suavizar o estilo administrativo rígido que desencoraja linhas laterais de responsabilidade e impede a comunicação entre grupos individuais no governo, tão comum à burocracia. Por exemplo, a organização do Departamento de Estado dos Estados Unidos que tipicamente divide-se em gabinetes geográficos responsáveis pelas relações exteriores em determinadas regiões, deixando as questões práticas para as repartições localizadas ao redor do globo. Tal abordagem dificulta o intercâmbio de dados e a consulta com países como o Brasil, cujo alcance e diretrizes ultrapassam sua região geográfica. O resultado é que o problema de questões multilaterais é frequentemente considerado pelo governo americano de forma isolada, quase como um *post-scriptum*.

Será que existem ações que os Estados Unidos e o Brasil poderiam tomar, seja de forma bilateral ou através da Organização Mundial do Comércio, que contrabalançariam certos efeitos negativos do comércio chinês na indústria manufatureira de ambos os países?<sup>36</sup> Só o

fato da existência de tal pergunta revela a complexidade da tarefa. As tentativas dos Estados Unidos em consultar o Brasil em questões mundiais seriam mais eficazes se acompanhadas de maior aceite das alternativas multilaterais à ação unilateral norte-americana.

A campanha brasileira para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU está fundamentada em sua tradição de busca de soluções negociadas. A Argentina e o México também aspiram a esse assento, mas a solicitação do Brasil não é apenas expressão de seu alcance global cada vez maior, mas também de seu histórico diplomático.

A ratificação de tratados internacionais importantes ante o Senado Norteamericano colocariam os Estados Unidos em melhor posição, reduzindo as suspeitas acerca de seus propósitos.

O autor acredita que os Estados Unidos deveriam apoiar a candidatura do Brasil.<sup>37</sup>

A falha em ratificar a Convenção do Direito Marítimo Internacional, por exemplo, deu certa aura de credibilidade à interesses pouco realistas mas politicamente populares articulados pelo Ministro da Defesa Jobim em novembro de 2010 sobre possível “ameaça da NATO”, [operando fora de sua esfera], aos direitos do Brasil ao petróleo no Atlântico Sul.

Do mesmo modo, quando os Estados Unidos deixaram de ratificar a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo [*American Convention Against Illicit Manufacturing of and Trafficking in Firearms*], embora sem muita consequência prática imediata, suprimiram munição aqueles que alegam que não estão interessados em combater a violência, quadrilhas e narcotráfico.

Um outro passo necessário e paralelo, seria o estabelecimento de grupo de profissionais americanos e brasileiros que trabalhem bem em grupo. Os laços pessoais, profissionais e institucionais devem ser a alta prioridade para ambos os países, sem que estejam condicionados à diretrizes pre-estabelecidas ou a resultados imediatos.

Ambos os governos deveriam investir em programas de intercâmbio executivo, particu-

larmente em Agricultura, Comércio, Defesa, Justiça e Estado. O Congresso, universidades e a imprensa deveriam ser incentivados a buscar oportunidades em empreendimentos conjuntos. As relações bilaterais recentes entre os Estados Unidos e o Brasil estão emaranhadas em acordos de parceria, cartas de intenção, grupos de trabalho e planos de ação conjunta.

A visita do presidente George W. Bush ao Brasil em novembro de 2005 levou a uma série de empreendimentos de engajamento em uma variedade de temas. Em março de 2010, a Secretária de Estado, Hillary Clinton, lançou iniciativa que prevê um encontro anual entre o Secretário e o Ministro das Relações Exteriores. Essas tentativas podem dar fruto.

Um foro em que os executivos principais das grandes empresas brasileiras e americanas reúnem-se regularmente para facilitar a realização de negócios certamente alcançou certo êxito.<sup>38</sup> Em geral, contudo, leva-se a impressão de que são duas sociedades vibrantes que compartilham muito mais do que percebem. Entretanto, não possuem idioma comum e número suficiente de intérpretes qualificados.

Quantas pessoas compreendem as diferenças e semelhanças culturais entre o Brasil e os Estados Unidos? A quem pode um formulador de diretrizes se voltar para saber se o fato das colheitas nos hemisférios Norte e Sul ocorrerem em momentos opostos durante o calendário anual pode ser empregado para desenvolver diretrizes agrícolas complementares e não meramente em competição?

A democratização das diretrizes externas complica tais dificuldades. Ela já é em geral confusa nos Estados Unidos por mais de uma geração. Além das funções atribuídas ao Congresso norte-americano pela Constituição (que excedem, em muito, a prática normal na maioria dos países), a participação de grupos que exercem influência, organizações não-governamentais (ONGs), grupos de interesse, membros do Congresso e a imprensa, tudo isso, em geral, desnorreia os observadores externos.

O Brasil era antes mais bem ordenado, porque suas diretrizes externas eram um consenso nacional monopolizado pelos globalis-

tas do Itamaraty. Isso tudo está agora em fase de mudança.

A expansão do alcance do país (maior número de embaixadas no Caribe do que os Estados Unidos e maior número de embaixadas na África do que o Reino Unido) colocou maior pressão, tanto em diretrizes, quanto em diplomatas.<sup>39</sup>

Com o apoio de sólida imprensa livre, as ONGs brasileiras (Terceiro Setor), os homens de negócios e outros grupos de interesse agora participam abertamente no mercado de ideias relacionado à diretrizes externas. Seus pontos de vista não convergem necessariamente com os daqueles em poder em Brasília ou Washington.<sup>40</sup>

Além disso, não está claro se existem muitas questões políticas em que ambos os países veem da mesma forma. As autoridades brasileiras encarregadas de diretrizes externas estão cientes das deficiências e vulnerabilidades das diretrizes americanas.

Muitos admiram a sociedade, a tecnologia e a cultura americanas, mas a guerra contra o terrorismo e as guerras do Iraque e Afeganistão despertam pouca atenção e ainda menos simpatia.

O Brasil recebeu bastante crédito em Washington por liderar o MINUSTAH, mas não está claro se os dois governos estão seriamente engajados na direção a tomar no futuro. Ambos os países devem avaliar um ao outro, uma vez mais, reconhecer interesses mútuos em relações mais íntimas e fazer de sua adoção a prioridade.

As instituições que procuram promover o diálogo EUA-Brasil merecem apoio muito maior. O *Brazil Institute* do *Woodrow Wilson International Center for Scholars* é uma dessas instituições, assim como o *Council for the Americas*.

O fortalecimento dos laços entre a *National Defense University* e a Escola Superior de Guerra está sob debate, assim como o aumento de intercâmbio acadêmico seguindo o acordo bilateral de Cooperação em Defesa [*Defense Cooperation Agreement*] e o Acordo de Segurança da Informação Militar [*Security of Military Information Agreement*], assinado em 2010 pelos Estados Unidos e Brasil.

Alguns podem contestar essas atividades porque exigem recursos e deveriam ser consideradas assistência externa. De fato, no mundo financeiramente multipolar em que agora vivemos, um dos problemas estratégicos mais críticos que os Estados Unidos enfrentam é fazer com que as potências emergentes, como o Brasil, arquem com parcela maior das despesas de cooperação. A partilha desse ônus é importante – assim como aprender a cooperar. O objetivo final deveria fazer com que os Estados Unidos e o Brasil direcionassem as tentativas bilaterais, a fim de aproveitar ao máximo a cooperação regional e global, destacando, em especial, a resolução de conflito, energia e comércio.

Ao assumir o posto, o novo Ministro das Relações Exteriores da Presidente Rousseff disse que o Brasil *continuará a privilegiar o diálogo e a diplomacia como método de solução de tensões e controvérsias; a defender o respeito ao direito internacional, à não intervenção e ao multilateralismo; a militar por um mundo livre de armas nucleares; a combater o preconceito, a discriminação e a arbitrariedade; e a rejeitar o recurso à coerção sem base nos compromissos que nos irmanam como comunidade internacional*.<sup>41</sup>

Não devemos ver essas palavras como simples retórica baseada em sindicalismo dos países fracos do Terceiro Mundo. O Brasil já não é fraco.

É o único BRIC sem bomba nuclear – não porque não pudesse, mas porque optou não fazê-lo. Suas doutrinas de segurança concentram-se em proteger as fronteiras e em dissuasão, não em projetar poder global. O exibicionismo do presidente *Lula* com a Turquia no Irã causou dano à credibilidade do país. Contudo, à medida que o alcance global do Brasil aumenta, suas habilidades multilaterais e histórico de autonomia seriam trunfos importantes em empreendimentos contra os riscos de terrorismo e proliferação nucleares.

Como o Canadá e um punhado de outros países, o Brasil possui a reputação de boa cidadania junto à ONU. Atualmente, tal característica em país amigo é algo importante para os Estados Unidos.

Sérgio Vieira de Mello perdeu a vida no Iraque em 2003. O autor cre que não foi por acaso que esse admirado pacifista da ONU era brasileiro. A história do Brasil, geralmente desprovida de violência, a ausência de conflitos com países vizinhos e seu compromisso duradouro com os princípios e a pacificação da ONU sem recorrer à imposição de força são fontes importantes para a resolução de conflitos.<sup>42</sup>

Os Estados Unidos e o Brasil enfrentam problemas semelhantes em sua imediata vizinhança, destacando-se o tráfico de armas e narcóticos, que contribui à insegurança do cidadão, migração e raro distúrbio ao longo de partes das fronteiras. Todas essas questões deveriam ser incluídas em processo de consulta permanente. Contudo, a abordagem brasileira da “América do Sul para os sul-americanos” não incentiva a cooperação eficaz com os Estados Unidos nem mesmo nessas questões vitais. A afirmação do poder regional do Brasil com exclusão dos Estados Unidos é semelhante às “medidas ativas para promover as organizações asiáticas que excluem os Estados Unidos” da China.<sup>43</sup> As iniciativas como a UNASUL, que excluem os Estados Unidos mas incluem governos ativamente antiamericanos, convidam à incerteza.

A resposta para o Brasil não é abandonar a UNASUL, muito menos a integração sul-americana, mas tanto para os Estados Unidos como para o Brasil é assegurar que cada um desenvolva e mantenha vínculos bilaterais com países individuais de acordo com os interesses e necessidades daqueles países.

Alguém pode negar que em certas áreas o México é mais importante para os Estados Unidos do que o Brasil? Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil deveriam ativamente apoiar as instituições interamericanas, como a OEA, que reúne esses dois países com os outros do hemisfério. A maioria dos países latino-americanos e caribenhos deseja manter boas relações, com os Estados Unidos e com o Brasil. As atividades multilaterais são fundamentais para o estabelecimento de regras e sua observação por todos. Os formatos multilaterais são também úteis para compensar as assimetrias de poder que há muito servem de

empecilho aos Estados Unidos quando tenta lidar com os vizinhos. Agora, [esse mesmo tipo de problema] começa a atormentar um Brasil que cresce mais rapidamente do que a maioria daqueles ao seu redor.

Por mais que exista a necessidade de maior cooperação entre os dois países, isso exigirá mudanças para as quais podem ainda não estar preparados.<sup>44</sup>

Dependendo, em parte, da determinação política, muitos brasileiros hesitarão em cooperar com os Estados Unidos: se continuarem a subsidiar em massa os produtos agrícolas; manter o embargo de Cuba; se importantes grupos políticos perceberem que os Estados Unidos possuem desígnios na Amazônia; ou tropas na América do Sul; ou se não endossarem as tentativas brasileiras referentes ao assento no Conselho de Segurança da ONU.

Do mesmo modo, certas pessoas nos Estados Unidos questionarão a aproximação ao Brasil, visto como país que: desfruta do luxo dos irresponsáveis; deve aceitar maior responsabilidade em não proliferação nuclear (inclusive maior monitoria das instalações pela ONU); deve distanciar-se do Irã; acusar presença em questões de democracia e direitos humanos (no Oriente Médio, Cuba, Irã, Venezuela); ser mais ativo nas questões ante a ONU e a OEA; e, em geral, oferecer aos Estados Unidos um tratamento diplomático melhor daquele dado ultimamente.

Por fim, no futuro, é provável que as diretrizes externas norteamericanas e brasileiras sejam cada vez mais limitadas por fatores internos.

Nos Estados Unidos, a preocupação com a dívida e o enfraquecimento da competitividade interna aumentam.<sup>45</sup>

No Brasil, o país contou com dois Presidentes sucessivos cujo carisma ajudou-o a mascarar vulnerabilidades internas. Com isso, passaram à Presidente Rousseff o enorme problema de institucionalizar seu êxito.

Mesmo assim, o mundo não vai desaparecer. Nem os Estados Unidos, nem o Brasil são poderosos o suficiente para solucionar sozinho muitos dos problemas que afetam diretamente sua segurança nacional. Washington e Brasília devem aprender a utilizar os trun-

fos. Se não cooperarem perderão oportunidades e causarão dano aos interesses nacionais de ambos.

*O autor deseja agradecer inúmeros colegas, especialmente a Eva S. Baker, Luis Bitencourt, John A. Cope, Thomaz Guedes da Costa, Eric Farnsworth, Albert Fishlow, Patrice Franko, Bruce Friedman, Peter Hakim, Margaret Daly Hayes, Alexandra Kerr, Bill McIlhenny, Frank Mora, Nicholas Rostow, Phillip C. Saunders e Paulo Sotero pelo apoio e crítica. Sem embargo, os pontos de vista aqui contidos são unicamente seus.* □

#### Notas

1. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais 2000, disponível em <[www.v-brazil.com/business/transportation.html](http://www.v-brazil.com/business/transportation.html)>.

2. Os avós de minha esposa vieram ao Novo Mundo em 1906, para escapar a repressão política na Polônia. Seu avô estabeleceu-se em Lynn, Massachusetts. Trabalhou na fábrica original da General Electric. A irmã de sua avó estabeleceu-se em Curitiba, Paraná, Brasil. Somente Chicago possui maior número de pessoas de descendência polonesa. Curitiba é hoje o exemplo mundial em transporte coletivo “verde”.

3. *The Economist* em relatório referente à “Education in Brazil” de 9 de dezembro de 2010, relatou que “o progresso recente simplesmente eleva as escolas brasileiras de desastrosas a bem ruins”.

4. Um relatório datado de 2009 referente à competitividade coloca o Brasil após a Índia, China e Rússia, sugerindo que deficiências em educação ajudam a explicar as dificuldades em satisfazer a demanda cada vez maior de trabalhadores habilitados. Ver Paulo Sotero, “Brazil’s Rising Ambition in a Shifting Global Balance of Power,” *Politics: 2010*, vol. 30 (Supplement 1), 77.

5. Banco Mundial, “Lifting Families Out of Poverty in Brazil—Programa Bolsa Família” 2010, disponível em <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/LACEXT/BRAZILEXTN/0,,contentMDK:20754490~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:322341,00.html>>.

6. A estabilização financeira ajudou a diferenciar o Brasil dos países vizinhos. Claudio Frischtak calcula que o produto interno bruto (PIB) foi de 34 por cento do da América do Sul em 1990 e de 56 por cento em 2008. Se correto, essas quantias extraordinárias em si relatam a história do crescimento explosivo do Brasil.

7. *Embrapa* é a sigla de *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*. As inovações feitas e seus extraordinários resultados foram detalhados em “Brazilian Agriculture:

The Miracle of the Cerrado,” *The Economist*, August 26, 2010.

8. Albert Fishlow nota que “compreende-se a preferência em contar o ganho em lugar de reconhecer o custo derivado dos depósitos de petróleo em água bem abaixo do leito do oceano [*subsalt*] a tal profundidade que ainda não se conhecem as dificuldades de extração. Ver “Brazil: What’s Next?” *Americas Quarterly*, Winter 2011.

9. Conferência das Nações Unidas re a Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), *World Investment Report, 2010*, anexo II.

10. Além dos relatórios da UNCTAD referentes a investimento mundial, ver Peter Gammeltoft, “Emerging Multinationals: Outward FDI from the BRICS countries,” documento apresentado durante a GLOBELICS 6<sup>th</sup> International Conference, September 22–24, 2008, Cidade do México, México.

11. Más apostas em moeda com o emprego de derivativos custou vários bilhões de dólares a três empresas transnacionais brasileiras em 2008. Ver UNCTAD, *World Investment Report, 2009*, 66.

12. Contudo, Fishlow esclarece que não se deve casualmente supor um futuro cor-de-rosa. Destaca transações desconhecidas com o Congresso, financiamento público, diretrizes estrangeiras e os preparativos para a Copa Mundial de 2014 e as Olimpíadas em 2016.

13. Para o balanço de 77 anos durante os quais o Brasil foi governado por imperadores sob regime constitucional, ver C.H. Haring, *Empire in Brazil* (Cambridge: Harvard University Press, 1958).

14. Ver Larry Rohter, *Brazil on the Rise* (Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2010), 276.

15. A corrupção na política brasileira é, às vezes, tão descarada a ponto de ser desmoralizante. A *Transparency International* posiciona o Brasil em posição bem inferior no índice de corrupção da *Organization for Economic Cooperation and Development*.

16. Nelson A. Jobim, *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010), 15.

17. A Constituição Brasileira, Artigo 142 ainda outorga às Forças Armadas a obrigação de manter a ordem constitucional, de acordo com solicitação.

18. Ricardo Vélez Rodríguez, “Lessons from the Carioca War,” *O Estado de São Paulo*, 1 Dezembro, 2010.

19. Luigi R. Einaudi, “The Ecuador-Peru Peace Process,” em *Herding Cats*, ed. Chester A. Crocker, Fen O. Hampson e Pamela Aall (Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 1999), capítulo 16, 405–429.

20. Alexei Barrionuevo, “President of Brazil Unveils Plan to Upgrade Military,” *The New York Times*, December 19, 2008.

21. A elite brasileira com frequência identifica-se com a cultura e independência francesas, mas o motivo principal para o interesse brasileiro em relação “estratégica” com Paris é a disposição dos franceses em transferir

direitos à tecnologia de defesa. Contudo, nem isso foi até agora suficiente para convencer o Brasil a selecionar o caça francês em lugar dos competidores norte-americanos e suecos.

22. O princípio contido no Direito Internacional é que o território permanece em posse daquele que esteja de posse do mesmo, a menos que exista tratado ao contrário. Naquele caso, Rio Branco, com sucesso, outorgou a força da lei à expansão territorial brasileira, que havia feito uma farsa da divisão de terras entre a Espanha e Portugal contida no Tratado de Tordesilhas de 1494.

23. Cynthia Arnson e Paulo Sotero, eds., *Brazil as a Regional Power: Views from the Hemisphere* (Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2010).

24. Luis Bitencourt, comunicação privada com o autor em 4 January, 2011.

25. Agência Estado, São Paulo, 3 Novembro 3, 2010.

26. Marcos Azambuja, “The BRIC Club, Where Good Things Do Come in Large Packages,” in *Brazilian Foreign Policy* (Washington,

DC: Ed. Fundação Liberdade e Cidadania, 2010), 33.

27. “Brazil Takes Off,” *The Economist*, 12 Novembro, 2009.

28. Matias Spektor, *Kissinger e o Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 2009).

29. A frase original “freezing of power” [congelamento de poder] é do ex-Ministro de Relações Exteriores e Embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, João Augusto de Araujo Castro. Ver “The United Nations and the Freezing of the International Power Structure,” *International Organization* 26, no. 1 (Winter 1972).

30. Ver Raul Jungmann, “Estratégia Nacional de Defesa (END),” in Jobim, 477.

31. Excelente análise de experiência formativa e cálculos estratégicos de Thomaz Guedes da Costa, “Grand Strategy for Assertiveness: International Security and U.S.-Brazil Relations,” *Challenges to Security in the Hemisphere Task Force*, October–December 2009, disponível em <[https://www6.miami.edu/hemispheric-policy/Task\\_Force\\_Papers/Costa-Grand\\_Strategy\\_for\\_Assertiveness.pdf](https://www6.miami.edu/hemispheric-policy/Task_Force_Papers/Costa-Grand_Strategy_for_Assertiveness.pdf)>.

32. Julia E. Sweig realça as justificativas brasileiras em “A New Global Player: Brazil’s Far-Flung Agenda,” *Foreign Affairs*, November–December 2010, 176–178.

33. Disponível em <[www.itamaraty.gov.br](http://www.itamaraty.gov.br)>.

34. Peter Hakim, “U.S.-Brazil Relations: Expect More Conflict,” *Infolatam*, October 25, 2010.

35. A imagem de uma China tropical é do grande sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, *New World in the Tropics: The Culture of Modern Brazil* (New York: Knopf, 1959), 257 ff.

36. Sotero nota o impacto incerto do comércio Brasil-China, 78–79.

37. Os Estados Unidos publicamente apoiam o ingresso da Índia ao Conselho de Segurança das Nações

Unidas (UN) S, enquanto continuam a manter o silêncio acerca das aspirações do Brasil. A Índia, como o Brasil, é uma democracia em funcionamento. Entretanto, ao contrário do Brasil, a Índia é uma potência nuclear que faz parte do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e não possui os compromissos do Brasil com o Direito Internacional. Ver Barbara Crosette, “The Elephant in the Room,” *Foreign Policy*, January–February 2010, 29–30, que caracteriza a Índia como o vilão que vai da proliferação nuclear a comércio multilateral e à mudança de clima.

38. An Economic Partnership Dialogue, lançado em 2007, ainda se reúne regularmente e cobre assuntos, tais como investimento, cooperação em desenvolvimento, participação social, infraestrutura, aviação civil, segurança em produtos importados e telecomunicações. Outros empreendimentos bilaterais incluem o combate à discriminação racial, Ciência e Tecnologia, diretrizes econômicas, cooperação em desenvolvimento na África e Haiti, conferindo poder econômico e social às mulheres, segurança alimentícia, reforma do Conselho de Segurança da ONU, não-proliferação, desarmamento e a defesa de instituições democráticas na Venezuela, Cuba, Nicarágua e Honduras. Um acordo referente a biocombustíveis dedicado a aumentar a cooperação em etanol acabou com maior enfoque em desenvolvimento de capacidade de biocombustíveis na América Central, Caribe e África.

39. Rubens Ricupero, “The Main Lineaments of Brazil’s Current Foreign Policy,” *Brazilian Foreign Policy* (Washington, DC: Ed. Fundação Liberdade e Cidadania, 2010), 7–17.

40. Interações ainda mais complexas ocorrem às vezes. Certas corporações norte-americanas no Brasil possuem vínculos com organizações de sociedade privada

que se dirigem à mudança socio-ambiental, através de programas de responsabilidade social para empresas. A ênfase em direitos humanos pelos Estados Unidos realçados durante o mandato de Jimmy Carter que irritou a muitos brasileiros foi descrita como fonte de “energia” para os ativistas de direitos humanos nacionais e para a Associação Brasileira de Advogados.

41. Antonio de Aguiar Patriota, palestra de 2 de janeiro de 2011. Comparem com as palavras do Presidente Barack Obama em abril de 2009 em Praga, re ao objetivo dos EUA de “buscar a paz e a segurança de um mundo sem armas nucleares”.

42. A renúncia a armas de destruição em massa pelo Brasil, Argentina e Chile demonstra que a América Latina pode servir de exemplo.

43. Phillip C. Saunders, *China’s Global Activism: Strategy, Drivers, and Tools*, Institute for National Strategic Studies Documento 4 (Washington, DC: NDU Press, October 2006), 1. Ver também “U.S. Influence at Risk in Asia without More Active Role in Regional Organizations,” Council on Foreign Relations Report, November 4, 2009.

44. O autor deseja agradecer ao Peter Hakim por essa cautela e exemplos que seguem.

45. Richard N. Haass et al., “Reviving U.S. Power Abroad from Within,” Council on Foreign Relations, December 30, 2010, disponível em <[www.cfr.org/publication/23701/reviving\\_us\\_power\\_abroad\\_from\\_within.html](http://www.cfr.org/publication/23701/reviving_us_power_abroad_from_within.html)>.

O Centro de Pesquisa Estratégica no *Institute for National Strategic Studies* oferece assessoria ao Secretário de Defesa, Chefe do Estado-Maior Conjunto e combatentes.

**Luigi Einaudi** O Embaixador Luigi R. Einaudi é Distinto Bolsista Visitante no Centro de Pesquisa Estratégica [*Center for Strategic Research*] do *Institute for National Strategic Studies*, na Universidade Nacional de Defesa. Também é Membro do Conselho Assessor [*Advisory Council*] do Instituto Brasileiro [*Brazil Institute*] no *Woodrow Wilson International Center for Scholars*.